

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.922 - SP (2019/0348779-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BNI ACS TULIPA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO BENEVIDES DE CARVALHO - SP139494
EDUARDO HENRIQUE MARTINS DE OLIVEIRA - SP286529
FLAVIA PENTEADO RAFAINI FABIANO E OUTRO(S) -
SP391946
DAVI MARQUES DE ARAUJO - SP381520
AGRAVADO : SERGIO TADEU TAVARES HILARIO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO LOUREIRO FILHO - SP057840
BRUNO COSTA BEHRNDT E OUTRO(S) - SP305548

DECISÃO

Cuida-se de agravo, interposto por BNI ACS TULIPA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, a seu turno, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, foi manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Apelação. Alienação de terreno visando realização de incorporação imobiliária. Pretensão de indenização sob fundamento de que a adquirente teria indevidamente desistido do contrato, quando já superado prazo contratual em que se admitia resilição unilateral.

Sentença de improcedência. Manutenção. Análise do contrato e do comportamento das partes que permite afastar a alegação de inadimplemento culposo. Hipótese em que se caracterizou superveniente impossibilidade econômica do negócio, inviabilizando a continuidade do projeto contratual. Partes que haviam se associado para levar a termo projeto que englobava dificuldades de ordem jurídica (obtenção de aprovação perante a Municipalidade) e de viabilidade comercial. Peculiar conformação física do terreno que retirava viabilidade econômica do projeto. Comportamento da ré que não pode ser considerando como inadimplemento culposo.

Exercício abusivo de posição jurídica do autor ao insistir na continuidade do projeto que se mostrava arriscado e economicamente comprometido, pretendendo transferir à ré todo o risco inerente ao negócio. Contrato que expressamente ressalvava o direito de a incorporadora desistir da incorporação no prazo previsto na lei de regência, o que denota o caráter aleatório que constituiu a base sobre a qual se deu a contratação. Dúvida quanto existência do dano reclamado. Ação indenizatória improcedente. Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, a insurgente alega violação ao artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, que os honorários de sucumbência foram arbitrados em desacordo com a legislação de regência.

Inadmitido o reclamo na origem, foi manejado o agravo de fls. 1401-1415,

e-STJ.

Contrarrazões às fls. 1386-1396, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O reclamo não merece prosperar.

1. Com efeito, quanto ao critério para arbitramento dos honorários advocatícios, restou consignado no acórdão que julgou os embargos de declaração:

O critério de fixação dos honorários já constava da sentença e não houve recurso quanto a este tópico, tendo o acórdão apenas aplicado a majoração prevista no CPC.

O recurso contém exclusivo caráter infringente, superando o âmbito dos embargos.

Contudo, **a ora recorrente não se desimcubiu do ônus de impugnar o referido fundamento**, como manda o princípio da dialeticidade, **utilizando-se de fundamentos dissociados dos do acórdão recorrido ao sustentar que os honorários sucumbenciais deveriam ter sido fixados com base no valor da causa**, incidindo, na espécie, por analogia, as Súmula 283 e 284 do STF.

Em outras palavras, verifica-se que a recorrente deixou de infirmar o fundamento do acórdão recorrido - **suficiente para sua manutenção** -; incidindo, na espécie, por analogia, a Súmula 283 do STF, *in verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*.

Conforme já decidiu o STJ, "à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge" (AgRg no Ag 1.056.913/SP).

Ademais, resta caracterizada a deficiência na fundamentação do apelo extremo no ponto, pois apresenta razões dissociadas do que foi decidido pelo acórdão recorrido, circunstância atrativa do óbice contido na Súmula 284 do STF, que se estende sobre a alegada divergência jurisprudencial.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

[...]

3. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1397282/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 05/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO

FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ART. 3º DO DECRETO-LEI 911/1969. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR ACERCA DA MORA. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. A falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central do acórdão recorrido, denota a deficiência da fundamentação recursal que se apegou a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1675490/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

2. Do exposto, com base no art. 932 do NCPC e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator